

Planejamento Trimestral da Fiscalização

2025

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Fazenda



José Renato Casagrande
GOVERNADOR DO ESTADO

Ricardo de Rezende Ferraço
VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

Benicio Suzana Costa
SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA

Thiago Duarte Venâncio
SUBSECRETÁRIO DE ESTADO DA RECEITA

Lucas Calvi de Souza
GERENTE FISCAL

Augusto Barbosa Gonçalves Dibai
SUBGERENTE DE SETORES ECONÔMICOS

Cleystanes Souza Cruz
SUBGERENTE DE REGIMES ESPECIAIS DE TRIBUTAÇÃO

Layse Tavares Castelo Lucas
SUBGERENTE DE GRANDES CONTRIBUINTES E GESTÃO DE AUDITORIAS

Helder Costa Leão
SUBGERENTE FISCAL REGIÃO METROPOLITANA

José Luis Silva Marques
SUBGERENTE FISCAL REGIÃO NOROESTE

Orlando Anastácio
SUBGERENTE FISCAL REGIÃO NORDESTE

Florentino Dalfior Junior
SUBGERENTE FISCAL REGIÃO SUL



Disclaimer

É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada à fonte.

Av. João Batista Parra, 600,
Enseada do Suá, Vitória/ES.
CEP: 29050-375
<http://www.sefaz.es.gov.br>

Índice

Introdução	5
Resultados Alcançados	6
Solidez do Crédito Tributário	8
Programação da Fiscalização	9
Subgerência Fiscal de Setores Econômicos (SUFIS-SEC)	10
Subgerência Fiscal de Grandes Contribuintes e Gestão de Auditorias (SUFIS-GCON)	12
Subgerência Fiscal de Regimes Especiais de Tributação (SUFIS-RET)	14
Subgerências Fiscais Regionais (SUFIS-NE, SUFIS-NO, SUFIS-S e SUFIS-M)	16



Introdução

A Gerência Fiscal (GEFIS), em concordância com os princípios da Lei nº 10.824, de 6 de abril de 2018, reafirma seu compromisso de aprimorar a relação de confiança recíproca entre os contribuintes e a Administração Tributária Estadual ao apresentar o **Planejamento Trimestral da Fiscalização para o 2º trimestre de 2025**.

Este documento objetiva, primordialmente, fortalecer uma cultura organizacional pautada em iniciativas estratégicas que superem os fluxos operacionais padronizados, obtendo assim resultados significativos para a Subsecretaria de Estado da Receita (SUBSER) – Receita Estadual. Tal propósito atenta a uma reflexão contínua sobre como métodos inovadores e participativos podem elevar o nível de conformidade, promovendo um ambiente fiscal mais transparente e equitativo.

Adicionalmente, o Planejamento assegura a difusão de inovações, permitindo ao contribuinte adequar-se, de maneira proporcional e justa, às obrigações tributárias. Desta forma, reforça-se o papel fundamental da Administração Tributária em orientar e, simultaneamente, salvaguardar o Erário, demonstrando resultados que evidenciem a efetividade das ações fiscais.

Em conformidade com a visão estratégica da GEFIS, esse Planejamento fundamenta-se em quatro eixos estruturantes:

- Auditoria da obrigação principal (ICMS devido), com análise aprofundada de segmentos específicos, a fim de identificar potenciais inconformidades;
- Monitoramento em tempo real, abrangendo as principais operações e prestações, de modo a possibilitar correções preventivas;
- Estímulo à autorregularização, apoiado pela plataforma *Cooperação Fiscal*, mitigando o contencioso e promovendo a colaboração; e
- Análise de conformidade dos beneficiários de incentivos fiscais, incluindo programas como COMPETE-ES e INVEST-ES, assegurando que políticas de fomento sejam exercidas com responsabilidade e transparência.

Salienta-se, ainda, que, em decorrência do Decreto nº 5326-R/2023, as ações voltadas à repressão de fraudes estruturadas foram realocadas para a Gerência de Inteligência Fiscal (GEINF). Tal medida institucional advém da necessidade de aprimorar continuamente os procedimentos de investigação e fortalecer a articulação com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MP/ES), incrementando a eficácia operacional e, portanto, a eficiência da autuação fiscal. Por seu caráter sigiloso, tais atividades não compõem esse documento.



Por fim, cumpre destacar que esse Planejamento Trimestral é resultado de um processo colaborativo que envolveu, de forma ampla e irrestrita, os auditores fiscais, cuja diligência e expertise são cruciais para a observância das obrigações tributárias, a contenção de práticas ilícitas e a preservação de uma concorrência justa.

A constante inovação dos métodos de fiscalização constitui, assim, um alicerce fundamental para o aprimoramento institucional e para o fortalecimento do pacto entre Fisco e contribuintes.

Resultados Alcançados

No 1º trimestre de 2025, a fiscalização da SUBSER alcançou os seguintes resultados:

- Conclusão de **1.153 Planos de Ação Fiscal (PAF)**;
- Realização de **25 operações de trânsito (blitz)** dentro do território capixaba;
- Realização de **04 operações especiais** em segmentos diversos;
- Execução de **653 diligências** em estabelecimentos de contribuintes, para verificação da regularidade cadastral e/ou produção de elementos necessários para auditorias;
- Lavratura de **731 Autos de Infração**, constituindo **R\$ 493.670.961,38 em créditos tributários, onde desses R\$ 21.780.657,47 já foram recolhidos***; e
- **Recuperação total de R\$ 158.778.307,26 em impostos, multas e juros***, fruto do trabalho da Receita Estadual em combater à sonegação de impostos e demais irregularidades tributárias.

*Dados de 31/03/2025.

No período em análise, o principal êxito da fiscalização consistiu na identificação, seguida de autuação, de irregularidades relativas à documentação fiscal (303) e ao recolhimento do imposto (229). A aferição dessas inconsistências ocorreu por meio de cruzamentos de dados e análise minuciosa das informações fornecidas pelos contribuintes, evidenciando o foco na obrigação principal: a verificação de valores sonegados. Parte das autuações referentes aos documentos fiscais foi embasada nas presunções contidas no art. 76-A da Lei nº 7.000/2001, reforçando a importância de mecanismos legais que ampliam a efetividade da fiscalização.

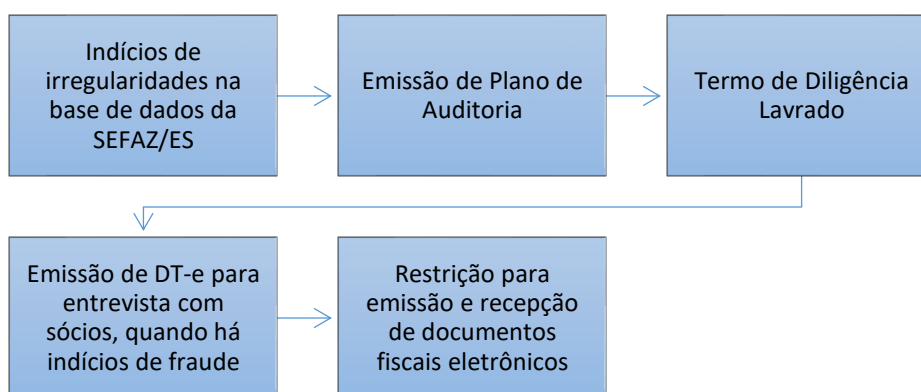
Os recursos arrecadados a partir dos Autos de Infração demonstram a relevância da atividade desenvolvida pelos auditores fiscais na criação de valor público. Essa recuperação de impostos permite ao Governo e aos municípios o seu direcionamento para setores fundamentais, como saúde, educação e infraestrutura, contribuindo assim para o bem-estar coletivo.



Destaca-se o atingimento de **94,94% no indicador de Eficácia da Seleção das Ações Fiscais**, que representa a quantidade de Planos de Ação Fiscal emitidos com êxito (alcance da irregularidade), resultado que melhorou ligeiramente o índice na comparação com o quarto trimestre de 2024 (94,24%).

O Cooperação Fiscal, plataforma interativa de autorregularização da Receita Estadual, apresentou excelentes resultados, com a volta gradativa das notificações de irregularidades. No primeiro trimestre de 2025, foram publicadas 73.353 inconsistências, **resultando no pagamento de R\$ 40.952.653,97**.

Na contenção de fraudes ou irregularidades cadastrais, **foram bloqueadas para emissão e recepção de documentos fiscais 253 empresas de segmentos variados**. O principal motivo para a restrição foi a não identificação da empresa no local indicado no cadastro, seguido de estabelecimento não possuir compatibilidade (estrutura) com seus CNAEs. Abaixo, o fluxo processual para o bloqueio.



Necessário salientar que, uma vez bloqueada, a SUBSER comunica a empresa do procedimento através do seu Domicílio Tributário Eletrônico (DT-e), restando oportunizado o esclarecimento dos motivos que ensejaram a sua restrição. Uma vez justificados, a análise recairá para o auditor fiscal responsável pelo ato, ou pelo setor de cadastro da Receita Estadual, que então poderá realizar o seu desbloqueio ou, até mesmo, requisitar maiores informações.

Com foco na restrição para emissão de documentos fiscais por empresas irregulares, fora planejada uma **ação conjunta de diligências envolvendo todas as Gerências da Receita Estadual**. Essa ação se dará em todo o território capixaba, com previsão de término no segundo semestre de 2025.



Solidez do Crédito Tributário

A Tabela 01 abaixo apresenta os dados das decisões administrativas no período de 12 meses, com início em 01/04/2024 até 31/03/2025 (1ª Instância), em termos de valores constituídos de crédito tributário.

Tabela 1 – Decisões em 1ª Instância de Julgamento (administrativo)*

ANO	Decisão 1ª Instância	Valor Autuação	%
2024	Procedente	R\$ 960.986.331	74,9
	Extinto s/ Julgamento do Mérito	R\$ 135.929.214	10,6
	Parcialmente Procedente	R\$ 104.577.484	8,2
	Nulo/Com Nova Lavratura	R\$ 37.646.278	6,3
	Improcedente	R\$ 24.473.391	
	Nulo/Sem Nova Lavratura	R\$ 17.389.810	
	Extinto c/ Julgamento do Mérito	R\$ 1.744.359	
	TOTAL	R\$ 1.828.746.867	100,00%

Foram julgados **704 Autos de Infração no período, restando apenas 22 julgados como improcedentes e 631 (89,63% do total) como procedentes ou parcialmente procedentes, fato que demonstra a qualidade da constituição do crédito tributário por meio do lançamento.**

A Tabela 02 abaixo apresenta a quantidade de Autos de Infração lavrados por situação. Destaca-se a quantidade de Autos de Infração pagos ou parcelados daqueles que foram submetidos a julgamento de 1ª instância.

Tabela 2 – Quantidade de Autos de Infração por situação em 2024*

2024		
Situação do Auto	Quantidade de Autos	%
Ativo	1354	45,2
Pago ou Parcelado	1196	39,9
Dívida Ativa	441	14,9
TOTAL	2.991	100%

*Dados de 01/04/2024 até 31/03/2025



Devedor Contumaz

Por meio da Lei 12.124/2024, a GEFIS **aperfeiçoou o combate ao Devedor Contumaz**, este que se caracteriza pela **inadimplência substancial, intencional e reiterada do pagamento do tributo, situado no campo da ilicitude, com graves prejuízos a toda sociedade**.

Para fins da declaração de Devedor Contumaz, o contribuinte deverá possuir débitos declarados e não recolhidos, em todo ou em parte, no mínimo em seis períodos, alternados ou consecutivos, nos últimos 12 meses, e/ou restarem inscritos débitos tributários em Dívida Ativa, ambos, em valores superiores a:

- Um milhão na primeira hipótese; e/ou
- 15 milhões para débitos já inscritos em Dívida Ativa.

Ademais, no intuito de proteger o Erário, foram inseridos mecanismos que se mostraram eficazes em outras Administrações Tributárias, tais como: a) o monitoramento em tempo real das operações ou prestações realizadas pelos Devedores Contumazes, inclusive dos seus meios de pagamento; b) a possibilidade de alteração do sujeito passivo da obrigação principal, isto é, com a determinação da antecipação do pagamento do imposto ou o do seu diferimento; c) a possibilidade de cobrança do imposto operação por operação ou prestação por prestação, independente da competência; e d) a indisponibilidade de utilização do respectivo crédito na ausência do pagamento.

No primeiro trimestre de 2025, foram emitidos 20 Termos de Regime Especial de Fiscalização (Ordem de Serviço GEFIS 03/2025), envolvendo quatro grandes grupos empresariais. Para o segundo trimestre, é esperada a emissão de novos Termos, além da fiscalização das medidas aplicadas no primeiro trimestre. Maiores informações poderão ser encontradas no endereço eletrônico <https://sefaz.es.gov.br/devedor-contumaz>.

Programação da Fiscalização

A Programação da Fiscalização de cada Subgerência ligada à GEFIS levará em consideração os quatro pilares do Planejamento Trimestral, além da utilização das informações produzidas por meio de cruzamentos de dados (malhas fiscais) e por meio de demandas externas.



São restrições para a plena execução das programações: a) capacidade de atendimento da Gerência de Tecnologia limitada; b) diminuição das equipes de fiscalização devido aposentadorias e exonerações; c) falta de capacitação e mentoria das equipes, principalmente no que diz respeito as inovações legislativas e/ou as tecnológicas; e d) aspectos da reforma tributária. A seguir, apresentamos os resultados atingidos no trimestre anterior bem como os principais planos de ação por setor para o atual trimestre, elaborados por cada unidade Subgerencial.

Subgerência Fiscal de Setores Econômicos (SUFIS-SEC)

Resultados 1º trimestre de 2025

1. Fiscalizar as empresas atacadistas que praticam vendas internas, sob a ótica do adquirente (em consonância com o novo entendimento do CERF - acórdão 003/2024);
 - Ação sobrestada para o segundo trimestre de 2025.
2. Fiscalizar a correta apuração do diferencial de alíquotas (DIFAL), com base nas compras de uso/consumo e imobilizado por contribuintes do Espírito Santo;
 - Foram executadas 03 auditorias fiscais que, por sua vez, geraram 544.019,7096 VMACs constituídos por meio do Auto de Infração.
3. Fiscalizar as alíquotas e isenções utilizadas por contribuintes de outras Unidades da Federação, para fins da correta apuração do DIFAL;
 - Foram executadas 06 auditorias fiscais que, por sua vez, geraram 8.564.676,6590 VMACs constituídos por meio do Auto de Infração.
4. Fiscalizar os contribuintes que foram excluídos do COMPETE-ES, contudo, continuaram recolhendo o imposto na sistemática do benefício fiscal;
 - Realização de uma auditoria fiscal que, por sua vez, gerou 155.071,6153 VMACs constituídos por meio do Auto de Infração.
5. Dar continuidade nas ações fiscais que analisam a correta apuração do imposto no setor de *e-commerce*;
 - Foram executadas 02 auditorias fiscais que, por sua vez, geraram 2.766.735,6532 VMACs constituídos por meio do Auto de Infração.
6. Dar continuidade nas ações fiscais em contribuintes que utilizam a isenção de arroz e feijão em operações que não estão sujeitas ao benefício;
 - Ação sobrestada, em detrimento da ação desenvolvida (não inclusa no planejamento do 1º trimestre) de apurar o COMPETE-ES Atacadista – a partir dos indícios obtidos por índice de recolhimento.
7. Fiscalizar contribuintes optantes do Simples Nacional que não recolheram o ICMS-ST na entrada ou a antecipação parcial (autopeças), quando da aquisição de produtos sujeitos a substituição tributária junto aos fornecedores domiciliados em Estados que não possuem convênio/protocolo com o Espírito Santo;



- Foram executadas 18 auditorias fiscais que, até o momento, geraram 1.511.726,0754 VRTes constituídos por meio do Auto de Infração.
- 8. Dar continuidade nas ações fiscais em contribuintes do setor industrial que usufruem do COMPETE-ES em desacordo com as regras estabelecidas, incluindo a solicitação para suspensão do benefício;
 - Ação executada. Constituição de créditos no valor de 795.989,1937 VMAC, aproximadamente R\$ 4 milhões, por meio do lançamento.
- 9. Estudar as prestações de empresas de cabotagem, com foco na deficiência da base de dados quanto ao documento *Bill of Landing*;
 - Não houve progresso, devido prioridades que surgiram durante o trimestre.
- 10. Alcançar empresas do Norte do Estado que, em conluio com postos, compram notas de aquisição de combustível para utilização de crédito indevido;
 - Ação executada. Aproximadamente, R\$ 3 milhões foram constituídos através do Auto de Infração.
- 11. Alcançar empresas de transporte de carga que, no mesmo período de apuração, utilizaram créditos oriundos do artigo 99 e do crédito presumido (Convênio);
 - Ação planejada concluída. Aproximadamente, R\$ 1,5 milhões foram constituídos através do Auto de Infração.
- 12. Alcançar empresas de transporte de carga que adquirem veículos de outros Estados, porém, não recolhem o diferencial de alíquotas; e
 - Foram emitidos oito Planos de Ação Fiscal para alcançar as irregularidades. Até o momento, mais de R\$ 2 milhões em foram constituídos.
- 13. Finalizar malha fiscal para a identificação empresas do setor de transporte que aproveitam créditos de insumos, mas que são empregados em veículos de terceiros.
 - A malha fiscal fora finalizada e há previsão das primeiras ações fiscais em indícios de irregularidades.

Planejamento 2º trimestre de 2025

1. Dar continuidade à fiscalização em empresas do Norte do Estado que, em conluio com postos, comprar notas de aquisição de combustíveis para aquisição de crédito indevido;
2. Dar continuidade à fiscalização empresas de transporte de carga que adquirem veículos de outros Estados, porém, não recolhem o diferencial de alíquotas;
3. Alcançar empresas de transporte que emitem BP-e mas que não incluem em sua base de cálculo taxas de embarque, pedágios e seguros – Base de cálculo a menor;
4. Alcançar empresas de transporte que emitem BP-e mas que deixaram de escriturar os documentos nos livros próprios;
5. Alcançar empresas de transporte, após 2022, referente a sua responsabilidade pelo recolhimento de ICMS-ST na compra de pneus;



6. Dar continuidade à fiscalização em contribuintes do setor industrial que usufruem do COMPETE-ES/INVEST-ES em desacordo com as regras estabelecidas, incluindo a solicitação para suspensão do benefício;
7. Fiscalizar empresas atacadistas que praticam vendas internas, sob a ótica do adquirente (em consonância com o novo entendimento do CERF - acórdão 003/2024);
8. Fiscalizar as empresas atacadistas que possuem o COMPETE-ES com base no índice de recolhimento;
9. Fiscalizar as alíquotas e isenções utilizadas por contribuintes de outras Unidades da Federação, para fins da correta apuração do DIFAL;
10. Dar continuidade a fiscalização de contribuintes que foram excluídos do COMPETE-ES, contudo, continuaram recolhendo o imposto na sistemática do benefício fiscal;
11. Dar continuidade nas ações fiscais que analisam a correta apuração do imposto no setor de *e-commerce*;
12. Dar continuidade na fiscalização do FEEF (Fundo de Estabilização) de contribuintes do COMPETE-ES e INVEST-ES;
13. Fiscalizar o uso correto de alíquotas nas vendas para o ES tanto para contribuintes do ES, quanto para contribuintes de outras UF's – com ou sem Inscrição Estadual;
14. Dar continuidade na fiscalização de contribuintes optantes do Simples Nacional que não recolheram o ICMS-ST na entrada ou a antecipação parcial (autopeças), quando da aquisição de produtos sujeitos a substituição tributária junto aos fornecedores domiciliados em Estados que não possuem convênio/protocolo com o Espírito Santo; e
15. Dar continuidade nas ações fiscais em contribuintes do setor industrial que usufruem do COMPETE-ES em desacordo com as regras estabelecidas, incluindo a solicitação para suspensão do benefício.

Subgerência Fiscal de Grandes Contribuintes e Gestão de Auditorias (SUFIS-GCON)

Resultados 1º trimestre de 2025

1. Realizar a modelagem, no SAS Guide, da NF3-e e NFCom, disponibilizando-as para os auditores fiscais;
 - Em andamento. A NFCom foi lançada em ambiente de produção no mês de março. O contrato com a empresa prestadora dos serviços está em vias de assinatura, e a programação será realizar a modelagem da NF3-e, e após isso, a da NFCom. O prazo de início ainda está em definição.
2. Internalizar a legislação da Declaração de Conteúdo Eletrônica;
 - Em andamento. O texto da minuta está pronto, contudo, com as sucessivas postergações do início do documento por meio de Ajustes Sinief, optou-se por aguardar a definição de uma data final. Os *webservices* de distribuição também não estão prontos ainda.



3. Dispensar a entrega da GIA-ST por parte dos contribuintes;
 - GIA-ST foi dispensada com sucesso. <https://sefaz.es.gov.br/Notícia/sefaz-dispensa-obrigatoriedade-da-gia-st-e-simplifica-sistematica-para-apuracao-do-imposto-devido>.
4. Retornar gradualmente novas publicações dos produtos “ICMS Declarado e Não Recolhido ou Recolhido a Menor” e “ICMS-ST Declarado e Não Recolhido ou Recolhido a Menor”;
 - Publicações normalizadas, porém, a publicação de ICMS-ST ainda depende de correção em uma das suas regras.
5. Corrigir uma das regras do produto “ICMS-ST Declarado e Não Recolhido” e publicar novas inconsistências em homologação para realização de testes. Uma vez homologado, ocorrerá o retorno gradual das novas publicações em produção para esse produto;
 - Concluída a homologação e o chamado de retorno das publicações será aberto no 2º trimestre de 2025.
6. Homologar a correção da ODS_MEIOS_PAGAMENTO e as atualizações nas inconsistências impactadas de Simples Nacional – Diferença de Cartão. Em seguida, aplicar em produção;
 - Ação concluída.
7. Publicar, em homologação, as inconsistências do produto “Simples Nacional – Diferença de Cartão”, a partir de 01/2022, para testes relativos às informações da DIMP. Uma vez homologado, ocorrerá o retorno gradual das novas publicações em produção para esse produto;
 - Após testes, a referência 01/2022 foi publicada em produção. Seguiremos com testes de 02/2022 em diante.
8. Incluir informações gerenciais no Produto 7 – “Inconsistência Personalizada” – e realizar testes finais para disponibilizá-lo em produção;
 - Ação pendente. Aguardando mobilização da equipe de tecnologia.
9. Revisar a regra de publicação de Omissos de PGDAS;
 - Ação concluída.
10. Finalizar o processamento dos dados agregados dos contribuintes com Inscrição Estadual na malha fiscal para identificação do saldo credor da conta caixa, e realizar priorização dos alvos para fiscalização; e
 - Ação concluída.
11. Com o apoio da GETEC, corrigir falhas no *SIMBA*, para possibilitar seu perfeito funcionamento.
 - Ação concluída.

Planejamento 2º trimestre de 2025

1. Realizar a modelagem, no SAS Guide, da NF3-e e NFCom, disponibilizando-as para os auditores fiscais;
2. Internalizar a legislação da Declaração de Conteúdo Eletrônica;
3. Incluir informações gerenciais no Produto 7 – “Inconsistência Personalizada” – e realizar testes finais para disponibilizá-lo em produção;



4. Implementar nova tabela de classificação de informações da DIMP e analisar o impacto no produto “Simples Nacional – Diferença de Cartão”;
5. Implementar na SUCOOP o gerenciamento dos assuntos relacionados a DIMP;
6. Iniciar as análises do Projeto de Reestruturação do Produto Simples Nacional - Diferença de Cartão (P4), criado através do CSS 0191442;
7. Verificar o correto crédito de ICMS referente a energia elétrica consumida nas empresas industriais sob monitoramento, averiguando a aplicação correta do percentual de consumo entra as áreas de vendas, administrativa e industrial; e
8. Verificar a correta base de cálculo de ICMS referente prestação de serviço de transporte de passageiros feita por empresas sob monitoramento (Grandes Contribuintes). Conforme o RICMS-ES, a base de cálculo engloba valores como pedágios, tarifas de embarque e etc.

Subgência Fiscal de Regimes Especiais de Tributação (SUFIS-RET)

Resultados 1º trimestre de 2025

1. Dar continuidade em auditorias fiscais nas operações com petróleo bruto, em conjunto com a SUFIS-NE;
 - Auditorias fiscais adicionais em andamento possuem previsão de constituição de crédito em mais de R\$ 10 milhões em multas e R\$ 2 milhões em ICMS.
2. Dar continuidade ao desenvolvimento do projeto de auditoria fiscal nas deduções de PE “Participação Especial” com a realização de benchmarking nas instituições do RJ, que já possuem auditorias concluídas e cobranças judiciais em deduções de PE;
 - Ação suspensa em caráter temporário. Necessidade do redirecionamento da equipe para atuação com vistas à regularização das pendências relacionadas à CFEM. Deveres instrumentais vêm sendo reiteradamente descumpridos impossibilitando o monitoramento adequado do setor em relação aos royalties devidos e pagos.
3. Aperfeiçoar a malha fiscal de operações beneficiadas com Repetro-industrialização;
 - Malha desenvolvida, ação concluída. Irregularidades e alvos em processo de seleção.
4. Dar continuidade ao desenvolvimento do SICEX e acompanhar a implementação para integração com os módulos DUIMP e PCCE do Portal Único do Comércio Exterior;
 - Foram realizadas algumas alterações em ambiente de produção. A equipe responsável pelo desenvolvimento do SIICEX está alocada em outras demandas desta SEFAZ-ES, gerando impacto na continuidade do desenvolvimento do Sistema.
5. Retomar a fiscalização de remessas de mercadorias à Zona Franca de Manaus (ZFM) e às Áreas de Livre Comércio (ALC), com foco no procedimento de internamento;
 - Fora realizada auditoria fiscal tendo como resultado a lavratura de dois Autos de Infração que totalizaram 847.862,2942 VRTEs já recolhidos, resultando em uma arrecadação total superior a R\$ 3 milhões.



6. Avaliar alterações no procedimento de apuração de créditos acumulados de exportação, com foco no controle do registro 1200 da EFD;
 - Alterações foram avaliadas no setor. Entretanto, considerando o grande número de demandas recebidas, principalmente advindas dos requerimentos de homologação de crédito acumulado que chegam para verificação da origem e legitimidade, ainda não foi possível compartilhar as avaliações com outros setores relacionados.
7. Dar continuidade em auditorias fiscais resultantes da Operação de Fiscalização Conjunta entre SEFAZ e a Agência Nacional de Petróleo (ANP) nos postos revendedores de combustíveis capixabas;
 - Ação concluída.
8. Iniciar as auditorias fiscais nas empresas distribuidoras de combustíveis, com foco nas operações com etanol combustível;
 - Ação sobrestada para o 2º trimestre de 2025.
9. Dar continuidade na elaboração da malha fiscal de acompanhamento do consumo na cadeia de gás natural e derivados, com aplicação do estudo conjunto para atender tanto a Supervisão de Gás Natural (SGAS) como também o Núcleo de Petróleo, Gás Natural, Biocombustíveis e Derivados (NUPETRO); e
 - Ação em desenvolvimento.
10. Realizar auditorias fiscais relacionadas às operações com produtos da sistemática de substituição tributária, quando da entrada desses no Espírito Santo.
 - Ação em desenvolvimento.

Planejamento 2º trimestre de 2025

1. Dar continuidade em auditorias fiscais nas operações com petróleo bruto, em conjunto com a SUFIS-NE;
2. Apresentar proposição de alteração legislativa quanto ao diferimento do petróleo em vendas internas, considerando a nova realidade dos agentes de E&P, em ambiente *onshore*;
3. Atuar para promover a regularização quanto às obrigações acessórias previstas na Lei nº 8.501 e no Decreto nº 1.994-R, ambos de 2007 (legislação estadual que dispõe sobre o acompanhamento e a fiscalização, pelo estado do Espírito Santo, das compensações e das participações financeiras previstas no artigo 20, § 1º da constituição federal de 1988);
4. Dar continuidade à fiscalização de remessas de mercadorias à Zona Franca de Manaus (ZFM) e às Áreas de Livre Comércio (ALC), com foco no procedimento de internamento;
5. Desenvolver a integração com a API dos Correios, que permitirá consulta do setor ao conjunto dos dados detalhados de remessas postais internacionais;
6. Elaborar frente de fiscalização das operações com Etanol (hidratado e anidro) no Estado;
7. Verificar as inconsistências cadastrais encontradas em malhas de monitoramento nos postos varejistas de combustíveis do ES, com a realização de diligências;



8. Monitorar e verificar o cumprimento das obrigações acessórias, referente ao projeto desenvolvido de “Cartilha dos postos de Combustíveis; e
9. Criar malha e fiscalizar as operações com querosene de aviação - QAV no Estado.

Subgerências Fiscais Regionais (SUFIS-NE, SUFIS-NO, SUFIS-S e SUFIS-M)

Resultados 1º trimestre de 2025

1. Dar continuidade em auditorias fiscais para apurar falta de recolhimento de ICMS Antecipação Parcial devido por contribuintes nas aquisições interestaduais de autopeças para revenda/comercialização;
 - Foram concluídas 05 auditorias fiscais, sendo lavrados 05 Autos de Infração totalizando um valor lançado de 148 mil VRTEs, equivalente a R\$ 700 mil, por falta de recolhimento ICMS Antecipação Parcial devido por contribuintes nas aquisições interestaduais de autopeças para revenda/comercialização.
2. Dar continuidade em auditorias fiscais para análise das informações relativas ao GTIN constantes nos documentos fiscais eletrônicos, NF-e e NFC-e, emitidos por contribuintes do segmento de varejo, visando apurar irregularidades no tocante à classificação tributária dos produtos comercializados, com repercussão no imposto devido;
 - Foram concluídas 88 auditorias fiscais, sendo lavrados 89 Autos de Infração totalizando um valor lançado de 10,3 milhões de VRTEs, equivalente a aproximadamente R\$ 48,7 milhões, por falta de recolhimento do ICMS decorrente da classificação tributária incorreta dos produtos comercializados, com destaque a menor de imposto.
3. Realizar diligências para verificação de regularidade dos dados cadastrais de empresas que não apresentaram movimentação nos últimos 06 meses, com credenciamento de substitutos tributários ou adesão ao COMPETE-ES;
 - Na região Metropolitana (SUFIS-M), a atividade fora sobrestada, entretanto, foram redirecionados esforços para verificação de empresas com benefícios fiscais e que apresentaram indícios de fraude tributária (29 diligências concluídas). Na região Noreste (SUFIS-NO) foram realizadas 05 diligências, porém, não houve desdobramentos.
4. Dar continuidade às auditorias fiscais para verificação do recolhimento do ICMS Frete devido pelos contribuintes substitutos, quando da contratação de transportadoras inscritas em outras unidades federadas (UF);
 - Foram concluídas 29 auditorias fiscais na região Metropolitana (SUFIS-M), sendo lavrados 30 Autos de Infração totalizando um valor lançado de 740 mil VRTEs, equivalente a aproximadamente R\$ 3,5 milhões. Já na região Nordeste (SUFIS-NE), foram realizadas 20 auditorias fiscais com lavratura de um Auto de Infração. Na região Noroeste (SUFIS-NO), foram realizadas 05 auditorias fiscais, porém, ainda estão pendentes de conclusão.



5. Realizar auditorias fiscais em postos de combustíveis da região Nordeste, relacionadas ao levantamento quantitativo específico físico de estoques, como desdobramento da operação OMNI;
 - Atividade concluída no primeiro trimestre. Foram realizadas 04 auditorias fiscais seguidas da lavratura de 20 Autos de Infração.
6. Fiscalizar empresas de extração, distribuição e consumo de óleo combustível na região Nordeste;
 - Atividade em execução. Foram emitidos 02 Planos de Ação Fiscal.
7. Realizar auditorias fiscais envolvendo contagem de estoques e levantamento físico em empresa de comércio e armazenamento de café e pimenta do reino na região Nordeste;
 - Atividade sobrestada para o 2º trimestre de 2025.
8. Dar continuidade em auditorias fiscais no segmento industrial na região Nordeste, em especial em contribuintes com algum benefício fiscal estadual;
 - Atividade executada no trimestre. Foram realizadas 04 auditorias fiscais seguidas da lavratura de 05 Autos de Infração.
9. Realizar auditorias fiscais em empresas que se creditem indevidamente e/ou deixem de estornar após requerimento junto à SEFAZ/ES;
 - Atividade sobrestada para o 2º trimestre de 2025.
10. Realizar Operação Especial nas empresas que comercializam produtos para irrigação com diligências e contagem física aleatória de estoques;
 - Atividade sobrestada para o 2º trimestre de 2025.
11. Realizar auditorias fiscais em empresas que comercializam produtos agropecuários, com foco na recuperação de créditos tributários não recolhidos pelos sujeitos passivos, especialmente aqueles devidos pelo encerramento do diferimento ocorrido em função da saída de mercadoria para outra Unidade da Federação, em operações de transferência entre empresas do mesmo titular ou em exportações não concretizadas;
 - Foram gerados 06 Planos de Ação Fiscal, dentre os quais um já se encontra concluído. No mesmo período, foram concluídas 03 auditorias fiscais que foram planejadas no trimestre anterior referente à análise de débitos e créditos tributários.
12. Dar continuidade à emissão de Auditorias Fiscais Verticais nas empresas diligenciadas na Operação Especial de contagem física de estoques de produtos agrícolas em 2023; e
 - Foram concluídas 03 auditorias fiscais do trimestre anterior e geradas outras 04, das quais 02 já estão concluídas.
13. Realizar auditorias fiscais em transportadoras de operações com café sem recolhimento do ICMS antecipado previsto no Protocolo nº 55/2013.
 - Foram concluídas 06 auditorias fiscais e gerada 01 diligência.



Planejamento 2º trimestre de 2025

1. Iniciar auditorias fiscais para apurar falta de recolhimento de ICMS Antecipação Parcial devido por contribuintes nas aquisições interestaduais de farinha de trigo, quando não sujeitas ao regime de substituição tributária;
2. Dar continuidade em auditorias fiscais para apurar falta de recolhimento de ICMS Antecipação Parcial devido por contribuintes nas aquisições interestaduais de autopeças para revenda/comercialização;
3. Dar continuidade em auditorias fiscais para análise das informações relativas ao GTIN/CST constantes nos documentos fiscais eletrônicos (NFC-e/NFe), emitidos por contribuintes do segmento varejista, visando apurar irregularidades no tocante à classificação tributária dos produtos comercializados, com repercussão no imposto devido.
4. Dar continuidade em auditorias fiscais para verificação do recolhimento do ICMS Frete devido pelos contribuintes substitutos, quando da contratação de transportadoras inscritas em outras unidades federadas;
5. Realizar diligências para verificação de regularidade dos dados cadastrais de empresas que não apresentaram movimentação nos últimos 06 meses, com credenciamento de substitutos tributários ou adesão ao COMPETE-ES;
6. Fiscalizar empresas do segmento industrial que sejam detentoras de algum benefício fiscal, além da expansão para outros segmentos econômicos também beneficiários de algum incentivo tributário;
7. Verificar o cumprimento das contrapartidas exigidas para empresas com algum tipo de benefício tributário (INVEST-ES);
8. Fiscalizar empresas que se creditem indevidamente e/ou deixem de estornar créditos após requerimento junto à Secretaria da Fazenda;
9. Fiscalizar empresas de comércio e armazenamento de pimenta do reino e café em grãos cru, envolvendo a contagem de estoques e levantamento físico;
10. Efetuar diligências e fiscalizar estabelecimentos de material de construção com fins de verificar a movimentação regular de produtos específicos;
11. Realizar blitz em pontos estratégicos das rodovias que cortam a região e fiscalização volante, com foco na verificação do cumprimento das obrigações tributárias no trânsito de mercadorias, principalmente dos produtos primários café, pimenta do reino, cacau, gado bovino e outras como bebidas e combustíveis;
12. Executar Operação Especial nas empresas que comercializam produtos para irrigação com diligências e contagem física aleatória de estoques;
13. Continuar a promover auditorias em empresas que comercializam produtos agropecuários, com foco na recuperação de créditos tributários não recolhidos pelos sujeitos passivos, especialmente aqueles devidos pelo encerramento do diferimento ocorrido em função da saída de mercadoria para outra Unidade da Federação em operações de transferência entre empresas do mesmo titular ou em exportações não concretizadas; e
14. Continuar a execução de auditorias em empresas diligenciadas na Operação Especial de contagem física de estoques de produtos agrícolas em 2023.



**GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO**

Secretaria da Fazenda